



Chapada da Contagem-DF. Foto: Willian Masson

**NOTAS EXPLICATIVAS
DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS 2021
ICMBio**

As Demonstrações Contábeis e as práticas contábeis utilizadas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, Órgão 44207, autarquia federal, estão fundamentadas na Lei n. 4.320/64, Lei Complementar n. 101/2000, nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), nas instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) e no Manual SIAFI.

A Coordenação de Contabilidade - CONT é a unidade de gestão responsável pelo acompanhamento contábil, pelo registro da conformidade contábil e elaboração das Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis, dentre outras competências definidas pelo seu regimento interno (Portaria n. 582/2021).

O escopo desta análise leva em conta as demonstrações contábeis consolidadas do Instituto, tendo como base sua estrutura regimental, aprovada pelo Decreto n. 10.234/2020, com as seguintes unidades gestoras executoras:

- 443032 ICMBio Sede;
- 443033 Coordenação-Geral de Finanças e Arrecadação
- 443034 GR2 Nordeste
- 443035 Núcleo de Gestão de Patrimônio;
- 443036 Serviço de Infraestrutura, Obras e Projeto de Engenharia;
- 443043 GR1 Norte;
- 443048 GR5 Sul;
- 443054 Manaus - AM;
- 443055 GR4 Sudeste;
- 443992 GR3 Centro-Oeste;
- 447156 GEF Cerrado e
- 447157 ICMBio Projeto KFW.

As demonstrações contábeis do Instituto Chico Mendes são as seguintes:

- Balanço Patrimonial: evidencia os ativos e passivos do Instituto;
- Demonstração das Variações Patrimoniais: neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas com as variações patrimoniais diminutivas;
- Balanço Orçamentário: traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada, e a despesa autorizada versus a executada; e
- Balanço Financeiro e Demonstração dos Fluxos de Caixa: visam demonstrar o fluxo financeiro do Instituto no período, isto é, as entradas de recursos em confronto com as saídas.

Demonstração das Variações Patrimoniais

Neste demonstrativo serão evidenciadas as alterações verificadas no patrimônio durante o exercício financeiro de 2021. O resultado patrimonial do período é apurado por intermédio do confronto das variações patrimoniais aumentativas e as diminutivas, resultantes ou independentes da execução orçamentária. Este demonstrativo equivale ao Demonstrativo de resultado do exercício, evidenciado nos balanços das empresas de sociedade anônimas.

O resultado apurado, superávit ou déficit, será agregado ao resultado acumulado, no balanço patrimonial, compondo o patrimônio líquido, aumentando ou diminuindo.

A tabela, a seguir, demonstra, de forma agrupada e comparativa, as variações patrimoniais acumuladas que repercutiram nos exercícios de 2021 e 2020.

	Nota	2021	2020	%
Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA 40000.00.00		1.727,1	2.749,2	41
Exploração de bens, serviços e direitos 43000.00.00	1	129,0	38,1	239
Transferências e delegações recebidas 45000.00.00	2	1.481,6	1.279,4	
Valorização de ativos e desincorporação passivos 46000.00.00	3	104,6	1.427,8	-92
Outras VPA 49000.00.00	4	11,7	3,6	
Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD 30000.00.00		1.712,7	1.608,7	
Pessoal e encargos 31000.00.00	5	345,9	314,2	11
Benefícios previdenciários e encargos 32000.00.00	5	104,0	97,8	
Uso de bens, serviços e consumo 33000.00.00+34	6	268,7	225,5	19
Transferências e delegações concedidas 35000.00.00	7	912,8	731,4	
Desvalorização de ativos e incorporação passivos 36000.00.00	8	77,1	230,4	-66
Tributárias, outras VPD 37000.00.00+39	9	3,9	9,1	
Resultado Patrimonial do Período	10	14,3	1.140,4	-98

➡ R\$ milhões

As variações ativas maiores que as passivas indicam que houve superávit patrimonial de aproximadamente R\$ 14,3 milhões.

Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA

Nota 1. Exploração de bens, serviços e direitos, apresenta acréscimo na arrecadação própria de 239% em relação ao correspondente trimestre do exercício anterior. A exemplo dos recursos provenientes das concessões de florestas e serviços, áreas, instalações nas unidades de conservação, em razão do retorno da visitação pública nos parques nacionais, antes suspensa, decorrente do período intenso da pandemia Covid19.

NOTAS EXPLICATIVAS DO EXECÍCIO DE 2021 – ICMBIO

Nota 2. Transferências e delegações recebidas

Transferências e delegações recebidas	2021	2020
Transferências e delegações recebidas 45000.00.00	1.481,6	1.279,4
Recebidas para a execução do orçamento 45110.00.00	1.244,8	1.179,7
Repasse recebido 45112.02.00	597,9	533,6
Sub-repasse recebido 45112.03.00	646,8	646,0
Recebidas independente do orçamento 45120.00.00	235,6	96,9
Transferências recebidas para pagamento RP 45122.01.00	62,0	51,8
Demais transferências recebidas 45122.02.00	1,2	0,4
Movimentações de saldos patrimoniais 45122.03.00	172,3	44,6
Doações e outras transferências recebidas 45900.00.00	1,1	2,7

→ R\$ milhões

Este grupo de contas representa a movimentação de valores recebidos de outros órgãos ou unidades do mesmo órgão, a exemplo de repasses e sub-repasses de recursos, transferências para execuções orçamentárias delegadas, inclusive doações recebidas de bens móveis.

Nota 3. O grupo de contas Valorização de ativos e desincorporação de passivos é constituído pelos subgrupos de valorização e ganhos com incorporação de ativos e desincorporação de passivos. De antemão, a variação decrescente, em relação ao exercício de 2020, foi devida ao aumento expressivo de reavaliações de imóveis no exercício de 2019.

Valorização de ativos e desincorporação de passivos	nota	2021	2020
Valorização de ativos e desincorporação passivos 46000.00.00	3	104,6	1.427,8
Reavaliação de ativos 46100.00.00		-	1.280,0
Reavaliação de bens móveis 46111.02.00		-	1.280,0
Ganhos com incorporação de ativos 46300.00.00		75,4	57,9
Incorporação de bens imóveis 46391.01.00	3.1	73,0	55,6
Outras incorporações 46392.01.00		2,3	2,2
Ganhos com desincorporação de passivos 46400.00.00		29,2	89,9
Ganhos com desincorporação de passivos –precatórios 46412.01.00	3.2	29,2	88,9
Outras variações patrimoniais aumentativas 49000.00.00		11,7	3,6
Variação patrimonial aumentativa a classificar 49100.00.00		0,9	-
VPA bruta a classificar – alienação de bens moveis 49111.01.06	4	0,9	-
Outras variações patrimoniais aumentativas 49900.00.00		10,7	3,6
Multas administrativas 49951.01.00		9,5	3,5

→ R\$ milhões

Nota 3.1. As incorporações, em sua maioria, estão relacionadas a bens imóveis, ou seja, parques, reservas, imóveis diversos, contas de título ativo imobilizado. Os registros totalizam aproximadamente de R\$ 73,0 milhões. Foram efetuados no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, pela Secretária de Patrimônio da União – SPU, instituição responsável pela incorporação, regularização e controle dos bens imóveis da União.

Nota 3.2. Ainda, nesse grupo de contas, o título Desincorporação de passivos repercutiu nas variações patrimoniais aumentativas aproximadamente de R\$ 59,7 milhões, decorrente da transferência de passivo do Instituto para outra unidade gestora integrante da Justiça Federal, a respeito de precatórios alimentares e comuns a serem pagos no ano de 2022, efetuados pelo Tribunal Regional Federal.

Nota 4. Outras variações patrimoniais aumentativas - VPA

VPA bruta a classificar de R\$ 984,7 mil refere-se à receita realizada proveniente de alienação de veículos inservíveis. Em meados do exercício de 2021 o Instituto promoveu, por meio de leilão eletrônico, desfazimento de uma centena de veículos, aproximadamente, considerados inservíveis, mantidos em suas unidades descentralizadas.

A receita exige regularização, pois necessita de contrapartida contábil para reclassificação, ou seja, saldo na conta bens móveis a alienar, advindo da apuração do valor contábil líquido individual de cada ativo, da respectiva baixa da depreciação acumulada. Por conseguinte, o lançamento contábil para a condição de bens móveis a alienar, permanecendo, portanto, pendentes de regularização: a receita bruta a classificar e a respectiva baixa do ativo no imobilizado.

Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD

Nota 5. Pessoal, encargos e benefícios

Pessoal e Encargos	2021	2020
Pessoal e Encargos 31000.00.00	345.905	314.226
Remuneração pessoal 31100.00.00	259.538	236.142
Remuneração RPPS 31111.00.00	233.308	223.899
Remuneração RGPS 31121.00.00	26.230	12.243
Encargos patronais 31200.00.00	61.344	57.677
Contribuições patronais RPPS 31212.00.00	53.347	52.767
Contribuições patronais RGPS 31222.00.00	7.273	4.182
Previdência complementar 31251.00.00	723	727
Benefícios pessoal RPPS 31311.00.00	9.564	9.653
Auxílio alimentação 31311.01.00	8.180	8.328
Auxílio transporte 31311.02.00	167	103
Auxílio moradia 31311.03.00	300	307
Auxílio creche 31311.06.00	828	911
Benefícios pessoal RGPS 31321.00.00	13.022	6.778
Auxílio alimentação 31321.01.00	9.360	4.999
Auxílio transporte 31321.02.00	1.296	586
Auxílio creche 31321.06.00	2.107	1.191
Pessoal requisitados de outros órgãos 31920.00.00	2.436	3.974
Benefícios previdenciários e assistenciais		
Benefícios previdenciários e assistenciais 32000.00.00	104.086	97.880
Aposentadorias 32100.00.00	90.187	85.610
Pensões 32200.00.00	10.554	8.681
Outros benefícios assistenciais 32900.00.00	3.344	3.589
Auxílio funeral 32911.01.00	129	276
Auxílio natalidade 32911.02.00	21	22
Assistência saúde 32911.07.00	3.193	3.291

→ R\$ mil

Nos grupos de contas Pessoal e Encargos, Benefícios previdenciários e assistenciais, houve moderada variação nos seus títulos e subtítulos de contas, relacionadas, principalmente, as demandas contratuais vinculadas ao regime geral da previdência social – RGPS.

NOTAS EXPLICATIVAS DO EXECÍCIO DE 2021 – ICMBIO

Nota 6. A seguir, é demonstrado o grupo de contas relacionadas com o uso de bens, serviços e consumo. Nesse subgrupo são alocadas despesas com material de consumo e serviços na sede administrativa, nas gerências regionais, nas unidades de conservação e centros de pesquisa.

Uso de bens, serviços e consumo	nota	2021	2020	%
Material de consumo, serviços, uso de bens 33000.00.00	6.1	268.646	225.503	19
Material de consumo 33111.00.00		2.647	1.421	
Gêneros de alimentação, farmacológicos 33111.01.00+04+05+06+07+09	6.2	2.645	1.421	86
Serviços 33200.00.00		258.053	214.861	20
Diárias 33210.00.00		5.944	4.058	46
Serviços de terceiros 33220.00.00+33230.00.00	6.3	252.107	210.802	20
Serviços técnicos profissionais 33221.01.00+33231.01.00	6.4	10.870	6.668	63
Serviços apoio administrativo 33221.02.00+33231.02.00+33234.02.00	6.5	104.508	129.186	-19
Locações de imóveis 33221.08.00+33231.09.00		12.165	11.797	
Serviços educ. e culturais 33221.09.00+33231.10.00+33232.10.00		921	1.020	
Sentenças judiciais 33221.10.00 + 33231.11.00	6.1	58.040	21.865	165
Serviços de comunicação, gráficos 33231.03.00+33232.03.00		30.098	14.723	114
Serviços de transporte, passagem, locomoção 33231.04.00		23.273	16.466	43
Serviços Administrativos 33231.05.00+07		6.542	3.953	66
Serviços de saneamento e energia 33231.08.00+33235.08.00		5.555	4.869	14
Fornecimento de alimentação e outros 33231.12.00+13+14		109	235	
Uso de bens 33300.00.00		7.946	9.220	
Depreciação de bens moveis 33311.01.00		6.876	6.410	
Depreciação de bens imóveis 33311.02.00		1.069	2.809	

→ R\$ mil

Nota 6.1. Houve acréscimo de 19% dos gastos na conta de subtítulo material de consumo, serviços e uso de bens em comparação com o exercício anterior. Entretanto, observa-se que, neste grupo de contas, 6º nível de desdobramento, estão inclusos os itens: Sentenças Judiciais – precatórios, no montante de R\$ 58 milhões, o que impactou sobremaneira o grupo.

Os registros de reconhecimento de despesa com contrapartida de passivo foram efetuados pelo Tribunal Regional Federal, referentes a atualizações de valores de precatórios para pagamento posterior. Vide nota explicativa n.14 do balanço patrimonial.

Nota 6.2. Gêneros de alimentação referem-se a gastos na aquisição de gêneros alimentícios, verduras e frutas, fornecidos sob demanda, para atendimento das necessidades de alimentação dos animais nos centros de pesquisa e conservação. De igual modo, os itens registrados como farmacológicos destinam-se a atividades de pesquisa, manejo e manutenção.

O item material de consumo imediato majorou esse subtítulo, em decorrência da apropriação excepcional de despesa na aquisição de coletes balísticos destinados à proteção individual dos agentes de fiscalização nas unidades de conservação, além de mochilas, dentre outros equipamentos de proteção individual (EPI).

NOTAS EXPLICATIVAS DO EXECÍCIO DE 2021 – ICMBIO

Nota 6.3. Nesse subgrupo, foram apropriadas despesas com serviços técnicos especializados.

Nota 6.4. Serviços nas áreas de contabilidade, economia e direito e específicas em regulação fundiária.

Nota 6.5. Serviços de apoio técnico, em sua maioria relativos à prestação de serviços de secretariado, vigilância, portaria, recepcionistas, suporte administrativo, tecnologia da informação, tratadores de animais, serviços de copa e garçom com fornecimento de material, manutenção da frota, dentre outros.

Nota 7. Transferências, delegações concedidas.

Transferências e delegações concedidas	2021	2020
Transferências e delegações concedidas 35000.00.00	912,8	731,4
Transferências concedidas 35110.00.00	647,7	649,4
Repasses concedidos 35112.02.00	0,9	2,1
Sub-repasses concedidos 35112.03.00	646,8	646,0
Concedidas independentes do orçamento 35120.00.00	229,1	81,4
Transferências concedidas para pagamento RP 35122.01.00	47,7	32,9
Movimento de saldos patrimoniais 35122.03.00	183,5	48,1
Transferências 35200.00.00	1,2	0,4
Transferências voluntárias 35231.01.00	-	0,4
Doações e outras transferências concedidas 35900.00.00	34,6	-

→ R\$ milhão

Representam valores oriundos da movimentação de valores concedidos a outros órgãos ou a unidades do mesmo órgão, a exemplo de repasses e sub-repasses de recursos, transferências para execuções orçamentárias delegadas, inclusive doações de bens móveis concedidos.

Nota 8. O saldo das contas do grupo Desvalorização de ativos e incorporação de passivos apresenta-se da seguinte forma:

Desvalorização de ativos e incorporação de passivos	nota	2021	2020
Desvalorização de ativos e incorporação de passivos 36000.00.00	8	77,1	230,4
Ajuste para perdas em dívida ativa 36171.06.00		-	0,4
Incorporação de passivos - Termos execução descentraliz. 36412.01.00		13,7	8,1
Desincorporação de ativos 36511.01.00+36512.01.00	8.1	63,4	221,8

→ R\$ milhões

Nota 8.1. Em sua maioria, R\$ 61,8 milhões, refere-se à regularização de imóveis baixados dos registros, anteriormente efetuados pela Secretaria do Patrimônio da União. O restante refere-se a registros de arrecadação por meio de Guias de Recolhimento da União - GRU, efetuados pela Coordenação de Orçamento e Finanças da Advocacia-Geral da União – AGU e devolução de recursos para atendimento à programação financeira.

O decréscimo ocorrido em relação ao exercício anterior justifica-se, pois naquele ano o acumulado, em sua maioria, foi devido ao volume superior de ajustes da baixa de Imóveis de uso especial, anteriormente registrado equivocadamente em duplicidade. Também, acrescentou-se o montante de baixas efetuadas pelo Instituto, de acordo

NOTAS EXPLICATIVAS DO EXERCÍCIO DE 2021 – ICMBIO

com as decisões e recomendações demandadas pela Procuradoria-Geral da União, em decorrência do reconhecimento de prescrição de créditos de auto de infração. No exercício de 2021 não houve novas demandas relacionadas.

Nota 9. Outras variações patrimoniais diminutivas

Tributárias e Outras VPD	nota	2021	2020
Tributárias 37000.00.00		1.967	499
Imposto sobre propriedade predial 37111.02.00		577	-
Taxas 37120.00.00		41	137
Contribuições sociais PIS, PASEP 37211.02.00		1.261	351
Contribuição serviço de iluminação 37231.01.00		104	3
Outras variações patrimoniais diminutivas 39000.00.00	9	2.035	8.727
Indenizações e restituições 39960.00.00		2.032	1.979
Dívida ativa não tributária exclusão 39991.06.01	9.1	-	6.747
			R\$ mil

Nota 9.1. A principal variação observada no grupo ocorreu no exercício de 2020, no item créditos da dívida ativa exclusão, proveniente de registros efetuados pelo Instituto de acordo com a decisão e recomendações demandadas pela Procuradoria-Geral da União, em decorrência do reconhecimento de prescrição de créditos de auto de infração. No exercício de 2021 não houve registros demandados pela Procuradoria.

Resultado Patrimonial do Período

	2021	2020
Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA 40000.00.00	1.727,1	2.749,2
Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD 30000.00.00	-1.712,7	-1.608,7
Resultado Patrimonial do Período (Nota 10)	14,3	1.140,4

R\$ milhão

Nota 10. O resultado superavitário patrimonial do período de aproximadamente R\$ 14,3 milhões, diferença entre as variações patrimoniais aumentativas, R\$ 1.727,1 milhões e das diminutivas, R\$ 1.712,7 milhões, compõe o saldo patrimonial no balanço patrimonial.

NOTAS EXPLICATIVAS DO EXERCÍCIO DE 2021 – ICMBIO

Balanço Patrimonial

No Balanço Patrimonial estão representados a posição estática dos ativos e passivos do Instituto, o resultado do período e o acumulado, ao longo de vários exercícios da gestão patrimonial.

Ativo	Nota	2021	2020	%
Ativo Circulante 11000.00.00		579,5	518,9	11
Caixa 11100.00.00	11	160,8	91,5	76
Créditos a Curto Prazo 11300.00.00	12	415,5	424,8	
Estoques 11500.00.00		3,2	2,6	
Ativo Não Circulante 12000.00.00		10.737,5	10.752,4	
Realizável a Longo Prazo 12100.00.00	13	14,2	13,2	
Imobilizado 12300.00.00	13	10.722,0	10.739,0	
Intangível 12400.00.00		1,2	0,2	
total do Ativo 10000.00.00		11.317,1	11.271,4	

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2021	2020	%
Passivo Circulante 21000.00.00		114,1	60,4	188
Obrigações Trabalhistas 21100.00.00		33,9	23,5	
Fornecedores e Contas a Pagar 21300.00.00		2,9	2,4	
Demais Obrigações a Curto Prazo 21800.00.00 + 215 + 214	14	77,2	34,5	123
Patrimônio Líquido 23000.00.00		11.202,8	11.210,8	
Resultados Acumulados 23700.00.00	15	11.202,8	11.210,8	
Resultado do exercício	1	14,3	1.140,5	
Resultado de exercícios anteriores		11.210,8	10.076,4	
Ajustes de exercícios anteriores 23711.03.00		-22,3	-6,0	
Total do Passivo + PL		11.317,1	11.271,4	

→ R\$ milhões

Resumo do Balanço Patrimonial por grupos

	2021	%		2021	%
Ativo circulante	579,5	5,1	Passivo circulante	114,1	1,1
Ativo não circulante	10.737,5	94,9	Patrimônio Líquido	11.202,8	98,9
Ativo total	11.317,1		Passivo + PL total	11.317,1	

→ R\$ milhões

O Balanço Patrimonial do ICMBio apresenta situação patrimonial líquida positiva, ou seja, os ativos excedem a soma das obrigações em aproximadamente R\$ 11,2 bilhões. A situação patrimonial líquida é a diferença entre os ativos e os passivos.

Caixa

Nota 11. O item caixa compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro que representam recursos disponíveis de fontes e vinculações específicas destinados ao pagamento de despesas.

NOTAS EXPLICATIVAS DO EXECÍCIO DE 2021 – ICMBIO

CAIXA	2021	2020	%
Caixa 11100.00.00	160.801	91.546	75
Limite de saque com vinculação de pagamento 11112.20.01	128.211	64.310	
Limite de saque comprometidos com ordem de pagamento 11112.20.03	32.589	27.236	

→ R\$ mil

No encerramento do exercício de 2021 os recursos disponíveis totalizaram R\$ 160,8 milhões, correspondendo a um acréscimo de 75% em relação ao exercício anterior.

A mensuração da movimentação dos recursos financeiros, entradas ou saídas de recursos, que ocorreram durante o período analisado, é evidenciada no Demonstrativo de Fluxo de Caixa. O acompanhamento dos ingressos e desembolsos fornece indicativo quanto à paridade e à capacidade de expansão das despesas com recursos próprios. A tabela, a seguir, demonstra a geração de fluxo de caixa das atividades operacionais e de investimentos acumulados no exercício de 2021.

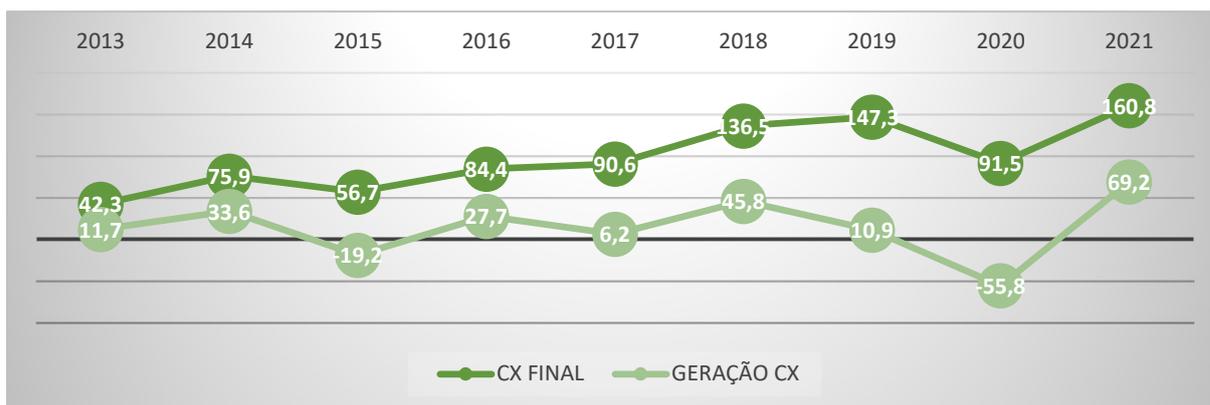
Fluxo de Caixa das atividades Operacionais e de Investimento.

Caixa Inicial: 91,5				
Movimentação até o 4º Trimestre				
Atividades Operacionais		Atividades de Investimentos		Resultado Líquido
Ingressos	Desembolsos	Ingressos	Desembolsos	
1.628,8	1.546,3	0,9	14,2	69,2

Caixa Final: 160,8

→ R\$ milhões

Ingressos maiores que os desembolsos demonstram um resultado financeiro positivo. O fluxo de caixa das atividades operacionais e de investimentos foi positivo em aproximadamente R\$ 69,2 milhões. Não há registros de fluxo de caixa das atividades de financiamento. A seguir, o gráfico demonstra a evolução temporal da conta caixa.



→ R\$ milhões

O incremento no fluxo de caixa no exercício analisado foi devido, principalmente, ao aumento da participação da arrecadação da receita patrimonial e de serviços (vide detalhes no balanço orçamentário).

NOTAS EXPLICATIVAS DO EXECÍCIO DE 2021 – ICMBIO

Créditos de curto prazo

Nota 12. Créditos a curto prazo correspondem, em sua maioria, ao reconhecimento de créditos provenientes de autos de infração ambientais pelo exercício do poder de polícia do Instituto aplicadas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

Demais créditos e valores de curto prazo	2021	2020	%
Demais créditos e valores de curto prazo 11300.00.00	415.557	424.824	
Adiantamento concedidos a pessoal, 13º salário, férias 11311.00.00	10.174	19.416	
Créditos administrativos diversos responsáveis 11340.00.00	113	113	
Créditos a receber 11380.00.00	405.344	405.358	
Créditos decorrentes de infrações ambientais 11381.07.00	383.298	384.316	
Adiantamentos termo de execução descentralizados 11382.38.00	22.045	21.018	
Ajustes para perdas 11391.00.00	(75)	(75)	
Estoques 11500.00.00	3.202	2.596	
Materiais de consumo 11561.01.00	2.836	2.596	

→ R\$ mil

Ativo não circulante

Ativo não circulante	2021	2020	%
Ativo não circulante 12000.00.00	10.737,5	10.752,4	
Ativo realizável a longo prazo 12100.00.00	14,2	13,2	
Dívida ativa não tributária 12111.05.00	1,2	0,2	
Depósitos judiciais efetuados 12121.06.03	12,9	12,9	
Imobilizado 12300.00.00	10.722,0	10.739,0	
Bens móveis 12310.00.00	142,6	132,4	
Bens imóveis 12320.00.00	10.677,7	10.697,0	
Intangível 12400.00.00	1,2	0,1	
Softwares 12411.01.01	1,2	0,1	

→ R\$ milhões

Imobilizado

Nota 13. O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis, reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, enquanto tiverem vida útil definida.

NOTAS EXPLICATIVAS DO EXECÍCIO DE 2021 – ICMBIO

Bens móveis

Os bens móveis do Instituto, registrados no SIAFI, totalizam R\$ 142,6 milhões e o valor contábil líquido, descontado da depreciação, de R\$ 50,0 milhões, corresponde a R\$ 92,6 milhões. Estão distribuídos em várias contas contábeis, subitens, conforme detalhado na tabela a seguir.

Bens móveis	2021	2020	%
Bens móveis 12311.00.00	142.684	132.404	8
Aparelhos de medição e orientação 12311.01.01	1.701	1.486	
Equipamentos de comunicação 12311.01.02+03+04	6.750	5.950	13
Equipamentos de proteção e segurança 12311.01.05	1.384	1.384	
Maquinas e equipamentos energéticos 12311.01.07+06	2.368	2.347	
Maquinas e equipamentos gráficos 12311.01.08	1.951	1.943	
Maquinas, ferramentas e utensílios 12311.01.09	1.492	1.478	
Equip.de mergulho, vigilância, salvamento, etc. 12+13+14+16+17+18+19	1.217	1.140	
Maquinas e utensílios agropecuários 12311.01.20	2.691	1.827	47
Equipamentos hidráulicos e elétricos 12311.01.21	3.818	3.818	
Outros maquinas e equipamentos 12311.01.23+24+25+99	1.868	1.857	
Equipamentos de informática 12311.02.01	19.244	19.209	
Utensílios domésticos, escritório 12311.03.01+02	2.495	1.834	
Mobiliário em geral 12311.03.03+04	9.920	9.824	
Equipamentos áudio vídeo 12311.04.00	2.410	2.154	
Veículos em geral 12311.05.01+03+05	75.001	67.415	11
Embarcações 12311.05.06	6.048	6.048	
Armamentos 12311.09.00	2.152	2.152	
Demais bens moveis, de uso duradouro 12311.99.00	160	160	
Depreciação 12381.01.00	(50.003)	(43.126)	
Valor contábil líquido	92.681	89.278	

→ R\$ mil

Importa comentar que, sob o aspecto do tratamento contábil da depreciação dos itens do patrimônio e de mensuração de ativos, o Instituto ainda não dispõe de informações adequadamente organizadas em um sistema de gestão de controle patrimonial integrado para o registro das movimentações e mutações do patrimônio, de forma a atender plenamente os critérios e procedimentos estabelecidos pela legislação e normas de contabilidade.

Nesse contexto, a depreciação continua sendo registrada mensalmente por estimativas no SIAFI, de forma imprecisa com suporte em informações extraídas de planilhas em Excel. O cômputo da depreciação mensal é obtido por meio de uma taxa incidente sobre um montante de bens, por subitens, e apropriados no SIAFI. De forma que não se aplica o tratamento individualizado que cada ativo requer, não se dispendo, portanto, de um acompanhamento com informações desses bens, quanto à vida útil, depreciação acumulada, valor contábil líquido, dentre outros.

Diante das circunstâncias, operações habituais de movimentação patrimonial necessitam de complexo procedimento para regularização, permanecendo, na maioria das vezes, pendentes no SIAFI, a exemplo de recebimento de doações, alienações e desfazimentos de bens. O sistema de gestão patrimonial existente atende apenas, de forma limitada, a sede da Instituição, ou seja, não abrange as gerências regionais detentoras de registros de ativos no SIAFI.

NOTAS EXPLICATIVAS DO EXECÍCIO DE 2021 – ICMBIO

Do decorrer do exercício não foram encaminhados para o setor de contabilidade os relatórios de movimentação mensal dos bens móveis e, com exceção da sede, de forma precária, do inventário físico anual por unidade organizacional ou consolidado, necessários para o acompanhamento das variações e conciliação dos saldos entre o controle de gestão patrimonial analítico com o sistema SIAFI.

Permanecem no encerramento do exercício as ocorrências de restrições contábeis apontadas anteriormente. Situação, essa, que altera o entendimento do usuário sobre as informações de cunho quantitativo e qualitativo das demonstrações contábeis relacionados ao ativo imobilizado, bens móveis, da Instituição. As inconsistências foram detectadas, apontadas e registradas, mensalmente, no decorrer do exercício, pela Coordenação de Contabilidade, no módulo SIAFI de conformidade contábil, e replicadas no Relatório de Gestão, constante na Declaração do Contador.

O Instituto tem envidado esforços para a realização dos registros do seu patrimônio, estando em curso os procedimentos para efetivação por meio do Sistema Integrado de Gestão Patrimonial – SIADS, sistema de reconhecimento periódico da depreciação, amortização, de inventário e de registro contábil integrado com o SIAFI. No entanto, as tratativas para a implantação, operacionalização e treinamento não avançaram no exercício findo.

O SIADS foi instituído por meio de Portaria pelo Ministério da Economia no âmbito da administração pública federal como ferramenta informatizada destinada ao gerenciamento e controle dos bens móveis e dos intangíveis, com a finalidade de viabilizar o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação desse acervo de acordo com as normas de contabilidade do setor público.

Bens imóveis

Os bens imóveis do Órgão, registrados no Sistema de gerenciamento dos imóveis de uso especial - SPUINET e apropriados no SIAFI, totalizam aproximadamente R\$ 10,6 bilhões e estão distribuídos em várias contas contábeis, destacando-se as relacionadas na tabela a seguir.

Bens imóveis	2021	2020	%
Bens imóveis 12320.00.00	10.677,7	10.697,0	
Bens de uso especial (parques, reservas, edificações) 12321.01.00	10.483,7	10.506,0	
Bens de uso especial não registrados 12321.02.00	155,7	115,6	
Bens imóveis em andamento, instalações e benfeitorias 12321.06.00+07+08	38,1	35,2	
Depreciação acumulada 12381.02.00	(48,3)	(47,2)	
Valor contábil líquido	10.629,4	10.650,0	

→ R\$ milhões

Em síntese, os bens mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário do ICMBio são constituídos de parques, reservas e edificações. Os bens de uso especial correspondem a 99% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente.

Intangíveis

Intangíveis	2021	2020	%
Intangíveis 12400.00.00	1.260	168	
Softwares 12410.00.00	1.255	162	

→ R\$ mil

NOTAS EXPLICATIVAS DO EXECÍCIO DE 2021 – ICMBIO

De igual modo, a exemplo dos registros dos ativos imobilizados, os procedimentos relacionados ao ativo intangível guardam relação com a integração entre os sistemas de gestão patrimonial e contábil. O Instituto até o momento não adotou os procedimentos metodológicos para o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos intangíveis e eventuais amortizações.

Passivo

Passivo Circulante	nota	2021	2020	%
Passivo Circulante 21000.00.00		114.317	60.446	
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais 21100.00.00		33.980	23.559	
Fornecedores e contas a pagar 21300.00.00+214+215		3.042	2.421	
Demais obrigações a curto prazo 21800.00.00	14	77.123	34.465	
Valores restituíveis, impostos, retenções 21881.00.00		4.217	4.405	
Outras obrigações curto prazo 21890.00.00		72.906	30.414	
Indenizações, restituições 21891.01.00+02+05+12+36+57		228	280	
Precatórios de terceiros (21891.13.00)	14.1	56.888	20.557	
Transferências a comprovar (21892.06.00)		15.788	9.575	
Passivo não circulante				
Passivo não circulante (22000.00.00)		130	109	
Precatórios de terceiros (22891.10.00)		130	109	

→ R\$ mil

Demais Obrigações a Curto Prazo

Nota 14. No grupo demais obrigações a curto prazo houve os seguintes movimentos:

Nota 14.1. Incorporação de passivos efetuados pelo Tribunal Regional Federal – 1º Região, com impacto na unidade gestora responsável pela dívida, referente a registros de passivos de precatórios, exercício de 2022 e subsequentes. A seguir, a evolução dos registros de Precatório no exercício 2021:

Saldo exercício anterior	Movimento devedor	Movimento credor	Saldo atual
20,5	21,5	57,8	56,8

→ R\$ milhões

Patrimônio Líquido

Patrimônio Líquido	nota	2021	2020	%
Patrimônio líquido 23000.00.00	13	11.202,8	10.070,3	
Superávit acumulado 23711.02.00		11.210,8	10.076,3	
Ajustes de exercícios anteriores 23711.03.00		(22,3)	(6,0)	

→ R\$ milhões

Nota 15. O total do patrimônio líquido, de R\$ 11,2 bilhões, tem a sua representatividade garantida pelo subgrupo Imobilizado, nas contas contábeis de título bens imóveis, já que este, no valor contábil líquido de R\$ 10,6 bilhões, corresponde a 95% do patrimônio líquido.

Demonstrativo Orçamentário por Unidade Orçamentária – UO

No exercício de 2021, as receitas realizadas pelo Instituto foram aproximadamente de R\$ 146,2 milhões. A seguir estão demonstradas as principais receitas realizadas no período, comparadas com as auferidas nos exercícios de 2020 e 2019.

Esse demonstrativo dispõe sobre as receitas previstas com as realizadas e o saldo, que corresponderá ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstrará, ainda, as despesas por categorias, discriminando dotação inicial, atualizada, as despesas empenhadas, liquidadas, pagas e o saldo da dotação.

Entende-se por demonstrativo orçamentário por Unidade Orçamentária - UO a consolidação dos créditos alocados pela instituição detentora da dotação orçamentária, consignados para as suas unidades gestoras executoras e a descentralização de créditos delegados a outros entes para realização de ações programáticas pertinentes.

Arrecadação

	2021	2020	2019
Total receita corrente e capital	146.222	48.197	139.884
Receita Patrimonial:	45.724	17.568	33.363
Exploração Patrimonial, concessões, arrendamentos etc.	36.076	10.412	29.513
Exploração Recursos Naturais - Concessões de Florestas	9.647	7.155	3.850
Receita Agropecuária	121	36	62
Receita de Serviços	90.838	27.728	101.408
Outras receitas:	8.553	2.835	5.049
Multas -	7.415	2.735	4.797
Indenizações	1.137	76	252
Receita Capital (alienação de bens)	984	29	-

→ R\$ mil

Exploração de recursos naturais: as receitas de concessão e permissões nas Florestas Nacionais – FLONAS - fonte 129, correspondente ao repasse de 40% da arrecadação do Serviço Florestal Brasileiro – SFB, responsável pela cobrança das receitas oriundas dos preços das concessões florestais. Representa 6,5% da totalidade das receitas arrecadadas e acréscimo de 35% em relação ao exercício anterior.

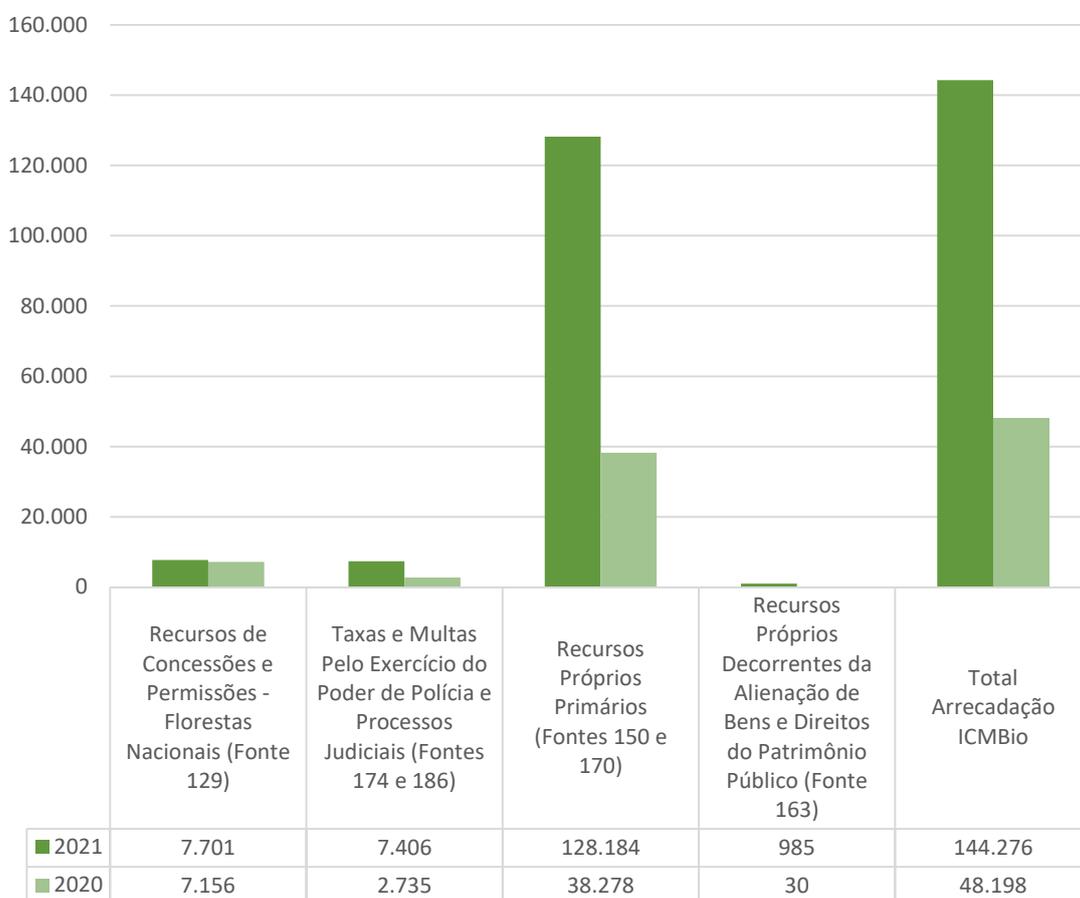
Os recursos advindos das multas ambientais - fontes 174 e 186 – no valor aproximado de R\$ 7,4 milhões representaram 5% do total arrecadado em 2021, com um acréscimo de 170% em relação ao exercício de 2020, ocasionado principalmente pelo pagamento de autos de infração de valores elevados. Do montante apresentado, 71% referem-se à arrecadação realizada diretamente pelo Instituto, enquanto 29% provêm de cobrança efetuada pela Advocacia Geral da União - AGU, mediante repasse dos pagamentos de débitos inscritos em dívida ativa da União.

As receitas de recursos próprios - fontes 150 e 170, responsáveis pelas arrecadações decorrentes das concessões de serviços, áreas ou instalações em unidades de conservação federais para a exploração de atividades de visitação, voltadas à educação ambiental, à preservação e conservação do meio ambiente, ao turismo

NOTAS EXPLICATIVAS DO EXECÍCIO DE 2021 – ICMBIO

ecológico, à interpretação ambiental, à recreação em contato com a natureza e as autorizações de supressão vegetal - ASV, representam as principais fontes de receita do Instituto, responsável por 88% do total arrecadado em 2021, ou seja, aproximadamente de R\$ 128 milhões, com um acréscimo em torno de 234% em relação ao exercício de 2020. Dentre as receitas, destacam-se as provenientes de arrendamentos, visitação em UC e concessão, sendo contabilizado o montante de R\$ 49,2 milhões, representando 38% do total arrecadado de recursos próprios e, especialmente, das Autorizações de Supressão Vegetal - ASV, sendo contabilizado o montante de R\$ 76,5 milhões, próximos de 59% do total arrecadado de recursos próprios, o que possibilitou tornar o exercício de 2021 dentre as maiores arrecadações do ICMBio, em meio ao cenário de pandemia desencadeada pela COVID-19.

Comparativo das Receitas Totais de 2021 x 2020 – ICMBio



Fonte: Coordenação de Arrecadação - COARR/CGFIN/DIPLAN

➡ R\$ mil

Os recursos decorrentes da alienação de bens e direitos do patrimônio, R\$ 985 mil, representam 0,7% do total arrecadado em 2021. Por se tratar de procedimento iniciado em 2020, houve um acréscimo considerável quando comparado ao referido exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS DO EXECÍCIO DE 2021 – ICMBIO

Demonstrativo das maiores arrecadações anuais

	2021	2016	2014
Concessões e permissões florestas nacionais – fonte 129	7.701	1.854	1.894
Taxas, multas – fonte 174 e 186	7.406	2.273	1.004
Recursos próprios primários – fonte 150 e 170	128.184	166.614	146.018
Recursos de alienação de bens móveis – fonte 163	985	-	-
Total	144.276	170.741	148.916

R\$ mil

Demonstrativo das principais Unidades de Conservação arrecadadoras

Unidades de Conservação	2021
Floresta Nacional de Saracá Taquera - PA	69.220
Parques Nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral - RS	20.529
Parque Nacional da Tijuca - RJ	12.893
Parque Nacional do Iguaçu - PR	12.759
Floresta Nacional de Carajás - PA	7.157
Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha - PE	1.828
Parque Nacional de Canela - RS	451
Total	124.837

R\$ mil

Despesa Orçamentária

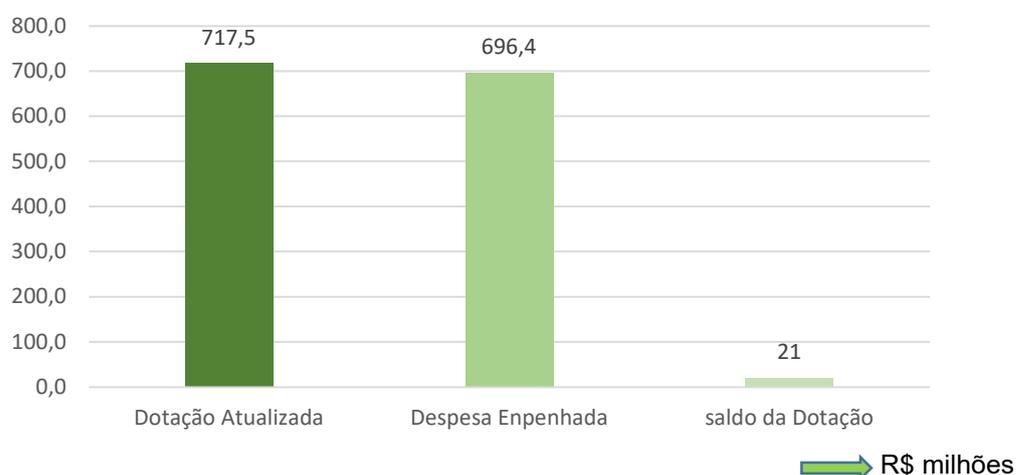
Tabela consolidada da despesa orçamentária por UO no exercício de 2021.

Despesa Orçamentária	Dotação inicial	Dotação atualizada	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Despesas pagas	Saldo da dotação
Despesas correntes	323.524	669.616	648.558	617.840	580.594	21.057
Pessoal e encargos	189.396	416.628	399.759	399.759	369.970	16.869
Outras despesas	134.127	252.987	248.799	218.081	210.624	4.188
Despesa capital	22.462	47.938	47.906	24.631	24.607	31
Investimentos	2.970	27.691	27.659	4.384	4.360	31
Inversões financeiras	19.492	20.247	20.247	20.247	20.247	-
Total	345.987	717.555	696.465	642.472	605.202	21.089

R\$ mil

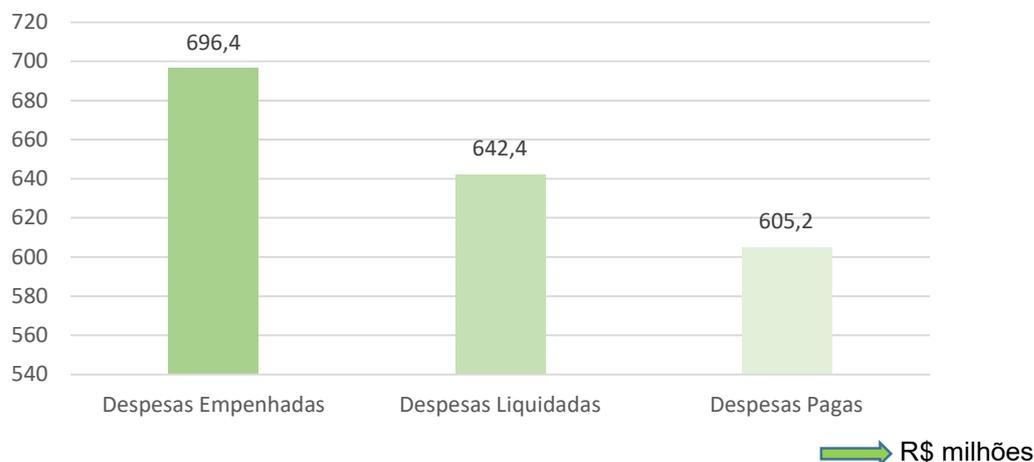
Percentual de Execução da Despesa em relação ao Orçamento

A despesa empenhada corresponde a R\$ 696,4 milhões, aproximadamente 97% da dotação atualizada de R\$ 717,5 milhões. Desta forma, o saldo da dotação orçamentária foi de R\$ 21,0 milhões.



Da despesa empenhada de R\$ 696,4 milhões; R\$ 642,4 foram liquidadas e R\$ 605,2 milhões pagas, valores estes a seguir representados.

Despesa Empenhada, Despesa Liquidada e Despesa paga



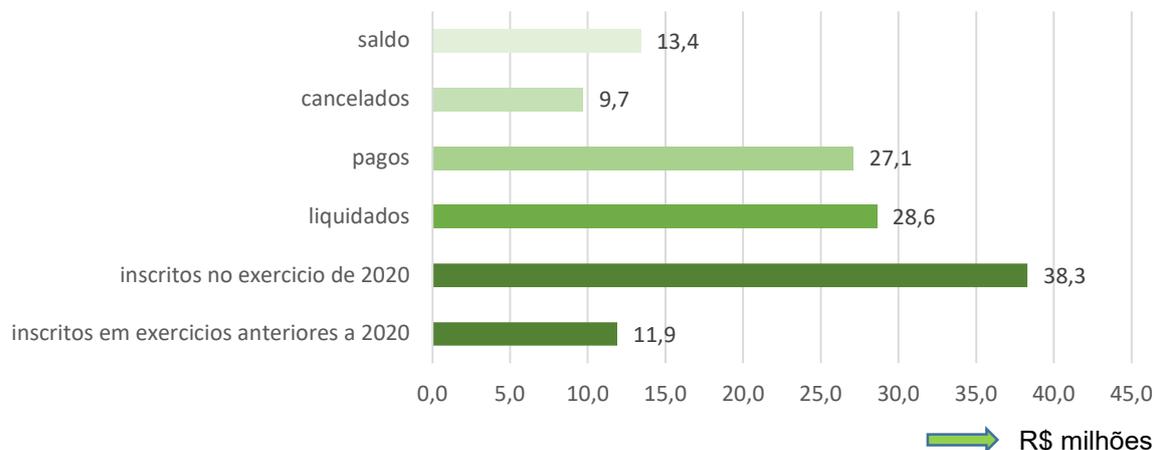
As despesas pagas no valor de R\$ 605,2 milhões, representam 87% dos valores empenhados no exercício de 2021. As despesas liquidadas a pagar correspondem aproximadamente a R\$ 37,2 milhões.

Restos a pagar

Restos a pagar são as despesas empenhadas em determinado ano, mas não pagas até o fim do mesmo exercício orçamentário, em 31 de dezembro. Se a despesa foi empenhada e liquidada, isto é, de fato realizada, ela passa a ser inscrita como resto a pagar processado. Se não foi liquidada, vira resto a pagar não processado.

Evolução de Restos a Pagar não Processados em 2021:

No início do exercício de 2021, o saldo inicial inscrito em contas contábeis de restos a pagar não processados foi de aproximadamente R\$ 50,2 milhões. A evolução no período está assim representada:

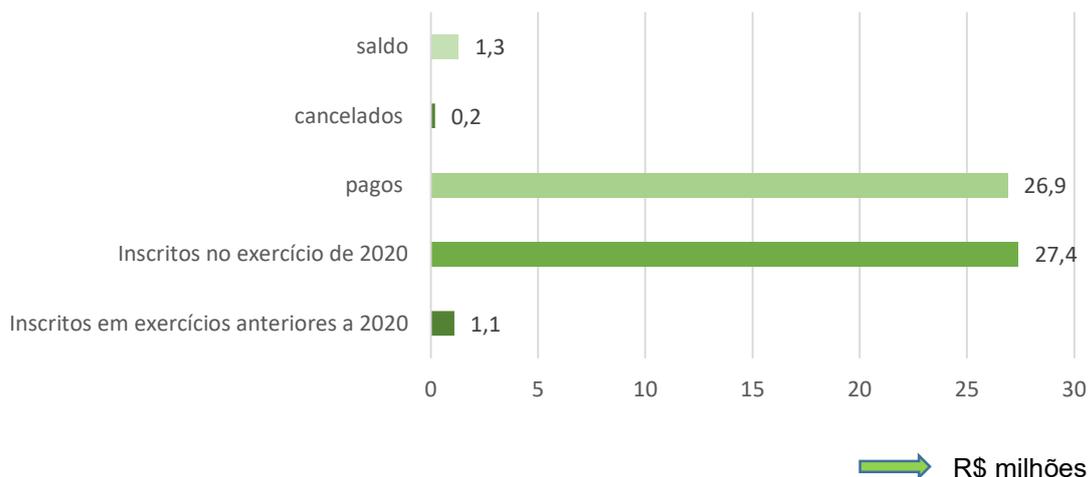


NOTAS EXPLICATIVAS DO EXECÍCIO DE 2021 – ICMBIO

Durante o exercício de 2021, 73,3% dos restos a pagar não processados foram liquidados e posteriormente pagos e/ou cancelados (R\$ 36,8 milhões). Atualmente o saldo remanescente de restos a pagar não processados, a liquidar e a pagar é de aproximadamente R\$ 13,4 milhões.

Evolução de Restos a Pagar Processados em 2021.

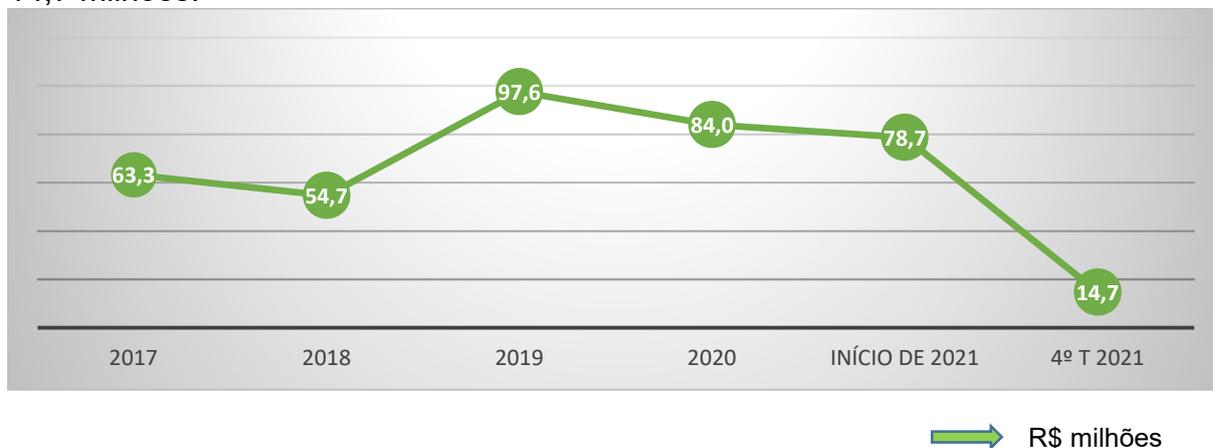
Do mesmo modo, segue a evolução dos restos a pagar processados e dos não processados que foram liquidados no período:



O valor inscrito em exercícios anteriores, somado com os inscritos no final de 2020 perfazem, aproximadamente, um total de R\$ 28,5 milhões. Desses, 95,4% foram pagos e/ou cancelados ao longo do exercício de 2021. Permanece um saldo a pagar de R\$1,3 milhões de restos a pagar processados.

Estoque de Restos a Pagar para o início do exercício de 2022.

Para o início de 2022 permanecem inscritos os seguintes valores em restos a pagar: 13,4 milhões referentes a restos a pagar não processados, somados, ainda, aos restos a pagar processados, no valor de R\$ 1,3 milhão, perfazendo a totalidade de R\$ 14,7 milhões.



NOTAS EXPLICATIVAS DO EXECÍCIO DE 2021 – ICMBIO

Para o exercício de 2022, de acordo com a série temporal, houve redução expressiva em restos a pagar, tanto em comparação ao saldo inicial dos últimos três exercícios, quanto em relação à média (75,7 milhões) dos últimos 5 exercícios.

Brasília, 21 de janeiro de 2022

Coordenação de Contabilidade - CONT/CGFIN/DIPLAN/ICMBio

Willian Masson - Analista Ambiental

Coordenador de Contabilidade - Substituto – CRC DF 015332/O-6
